



Opinião Econômica

Samuel Pessoa

Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (FGV) e sócio da consultoria Reliance. É doutor em economia pela USP



Disciplina e educação em sala de aula

Dados sugerem que há um problema de indisciplina nas escolas brasileiras

A empresa Plano CDE conduziu uma pesquisa etnográfica com alunos da rede pública de educação básica. Foram ouvidos 1.510 jovens das classes C, D e E, estratificados por região, gênero, idade e raça. O objetivo da pesquisa foi explorar percepções, hábitos e expectativas de alunos da escola pública sobre projeto de vida e seus sonhos. A pesquisa foi financiada pela Fundação Roberto Marinho.

Segundo quase 80% dos alunos, a bagunça é a principal barreira ao aprendizado. Questões de infraestrutura, de formatos de aula e de postura do professor aparecem em níveis muito menores, e sempre como segunda resposta.

Estudo da OCDE, a Pesquisa Internacional de Estudo e Apre-

dizado, Talis na sigla em inglês, identifica, entre outros fatores, as dificuldades em sala de aula dos professores. A última edição é de 2024.

Os professores são perguntados se enfrentam muito ruído perturbador e desordem. Para o Brasil, 57% dos professores respondem afirmativamente. O segundo pior país, de uma amostra de 49 países, foi o Chile, onde 37% dos professores reportaram dificuldades recorrentes com disciplina.

Em outros quesitos se há perda de muito tempo até que os estudantes se aquietem, se muitos estudantes demoram ainda mais para iniciar suas atividades e se há muita perda de tempo com indisciplina e com interrupções ao longo da aula, o Brasil é sempre

o pior e muito distante do segundo colocado.

Segundo o estudo, os professores no Brasil perdem 21% do tempo disciplinando os alunos. Arábia Saudita e Turquia são levemente piores do que o Brasil, 23% e 21,5%, e a média da amostra perde 15% do tempo. Desde 2008 temos piorado: o tempo perdido em sala de aula, segundo o estudo, elevou-se de 18% para 21%.

O conjunto dos dados sugere que há um grave problema de indisciplina nas salas de aula brasileiras. A evidência casual sugere que há também grave problema de falta de respeito dos alunos pelos professores.

Perdemos ao longo das últimas décadas a ideia de que há uma hierarquia e de que os pro-

fessores merecem respeito pela posição que ocupam na sociedade. Em particular, de que os pais têm obrigação de ensinar seus filhos a respeitarem os professores.

Recentemente, o ruidoso caso da professora de biologia da rede pública em São José dos Campos (SP), Michele Ramos em que um aluno colocou vidro triturado em seu copo de água gerou um projeto de lei do deputado Kim Kataguirri prevendo responsabilização e punição aos pais. O projeto “institui mecanismos de responsabilização administrativa aos pais ou responsáveis legais por atos de indisciplina praticados por estudantes da educação básica”.

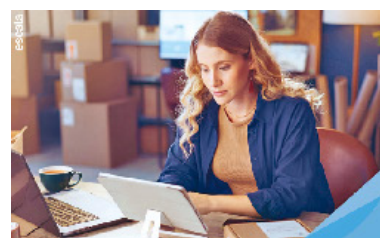
Essa é a melhor solução? Não tenho a menor ideia. Acho correto o princípio de responsabilização

individual. E não parece exagero que os pais dos jovens respondam de alguma forma por indisciplina generalizada de seus filhos.

Décadas de domínio de certa ideologia que torna tudo um problema social, coletivo, têm tornado nossa sociedade um poço de uma cultura de desresponsabilização individual.

O que tenho certeza é que, enquanto 80% dos alunos de nossas escolas apontarem como a principal dificuldade deles a bagunça em sala, a taxa de crescimento da produtividade do trabalho não se elevará.

Há muitas evidências de que parte substantiva da produtividade do trabalho deve-se a habilidades cognitivas e socioemocionais embutidas nas pessoas.



Tá com crédito

Soluções de crédito com ótimas taxas.*

Vai investir na sua empresa? Conte com crédito Banrisul.

*Sujeito a análise de crédito.

Saiba mais:




Decisões da Aneel permitem aumento da capacidade de transmissão no RS

/ ENERGIA

Jefferson Klein

jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

No encontro da diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) realizado ontem, duas decisões tomadas pelo órgão regulador possibilitarão que o sistema de transmissão de energia gaúcho se torne mais robusto nos próximos anos. Foram declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas para a implantação da subestação Ivoti 2 e para a ampliação da subestação Candiota 2.

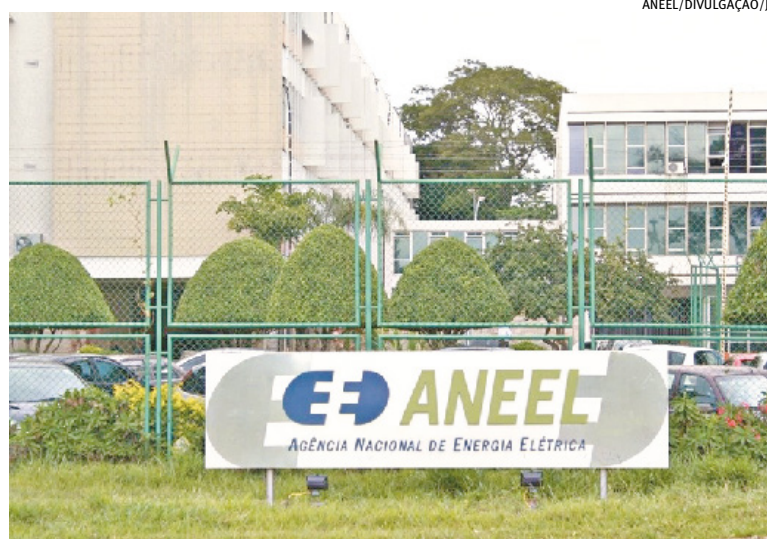
O primeiro complexo, no município de Ivoti, pertence à empresa CPFL Transmissão e ocupará cerca de 81,3 mil metros quadrados. Já a segunda iniciativa, a ser desenvolvida na cidade de Candiota, é vinculada à companhia Chimmarrão Transmissora de Energia e deve envolver um espaço de cerca de 5,2 mil metros quadrados.

O presidente da Câmara Brasileira de Logística e Infraestrut-

tura, Paulo Menzel, salienta que empreendimentos como esses são fundamentais, ainda mais em uma época em que as emergências climáticas demandam mais urgência. O dirigente recorda que, durante as enchentes de 2024, o Rio Grande do Sul ficou muito debilitado em relação ao fornecimento de energia, com várias linhas e subestações inutilizadas.

Dentro desse contexto, ele reforça que tornar o sistema de transmissão mais resiliente contribui para diminuir os riscos de cortes de fornecimento e também de oscilações na qualidade do abastecimento de energia. “Custa mais correr atrás do prejuízo do que fazer com antecedência”, defende o representante da Câmara Brasileira de Logística e Infraestrutura.

Particularmente quanto à nova subestação de Ivoti, Menzel argumenta que a unidade ficará posicionada em um lugar estratégico de centro de carga elétrica, entre as regiões da Serra Gaúcha e Metropolitana de Porto Alegre. Já sobre a ampliação de Candiota



ANEEL/DIVULGAÇÃO/JC

Órgão regulador deu aval para implantação de duas subestações no Estado

2, o dirigente comenta que o município já concentra uma enorme capacidade de geração de energia com as termelétricas a carvão Candiota 3 e Pampa Sul. As duas usinas juntas possuem uma capacidade instalada de aproximadamente 700 MW.

Além da energia fóssil, o presidente da Câmara Brasileira de Logística e Infraestrutura recorda

que a área nas proximidades de Candiota também tem sido alvo de investimentos em parques eólicos. Em Dom Pedrito, por exemplo, as empresas DGE Soluções Renováveis e Casa dos Ventos pretendem construir uma usina eólica de 700 MW a 760 MW. O aporte no projeto é estimado em cerca de R\$ 4 bilhões, com a expectativa de iniciar as obras em março de 2027.

Agência aprova consulta sobre edital de baterias

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou ontem a abertura de consulta pública para o aprimoramento do segundo edital que servirá de base para a contratação de baterias no Sistema Interligado Nacional (SIN). A votação foi referente ao certame sem exigência de conteúdo nacional. Minutos antes, foi aprovado o edital com tal exigência.

Em junho, o Ministério de Minas e Energia (MME) publicou portaria que fixa as regras iniciais para a inédita contratação de sistemas de baterias que irão contribuir para a segurança do SIN.

Na prática, serão dois leilões, nos dias 2 e 4 de dezembro. O primeiro prevê conteúdo nacional, e o segundo será aberto a todos os projetos de sistemas de armazenamento em baterias.